



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

COMIPÇÃO

Marcos Roberto Inhauser

Nos últimos meses tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas que tem ou tiveram relações estreitas com os corredores do poder, tanto em nível federal, estadual, como municipal. Nas conversas, como é óbvio, não poderia deixar de tocar o tema da corrupção e os casos que vieram à tona, notadamente os relacionados ao Senado e a farra das passagens aéreas.

Nas considerações que ouvi, houve uma unanimidade: o que veio à tona é só a ponta do iceberg, só uma pequena ponta de tudo o que ocorre nos descaminhos do poder. Cheguei à conclusão de que se cobra comipção (neologismo formado de comissão e corrupção) até na compra de palito de dente.

Segundo estes, há muita coisa, como favores prestados a deputados e senadores que traficam influência, viciam licitações para que sejam vencidas por quem “financiou” suas campanhas, aceitam sobrepreços, pagamentos de pilares inexistentes em túneis e pontes, metragens descumpridas em estradas, capa asfáltica 50% menos espessa e largura de estradas mais estreitas do que está no contrato, o que dá ganhos exorbitantes às empreiteiras. Há os “pedágios” mensais em base a um porcentual sobre a arrecadação nos serviços “privatizados”.

Um deles me contou de uma farra financiada há mais de uma década por um empresário que levou de passeio a Mônaco mais de dez deputados e senadores e alugou um iate ao custo de US\$ 120.000,00 dólares/dia.

O outro me perguntou se eu acreditava que a farra dos pedágios e o jardineiro fantasma eram os casos mais cabeludos da Câmara de Campinas. Ele me disse que a celeuma em cima da identificação dos carros usados pelo poder municipal é quase nada diante de outras coisas. Ele me pediu que prestasse mais atenção às mudanças nas leis de zoneamento, contratos sem licitação feitos em regime de urgência, custo do aluguel dos carros, a forma como certos “empregados” são pagos por agências de publicidade e locadores de veículos, como forma de camuflar gastos.

Na segunda-feira houve uma manifestação dos donos de postos de gasolina, vendendo o produto sem os impostos para que a população se conscientize do quanto há embutido no preço. Houve onde se vendeu o produto a R\$ 1,27. Se remédio genérico paga 37% de imposto, se vacina para animal é isento, se escola paga mais tributo que lotérica, dá um mal estar danado. É um dinheiro que vai pelo ralo, falcatruas de ilustres “otoridades”.

Quando pergunto a estas pessoas se há esperança eles me afirmam que não vêem luz no final do túnel, que a cultura da comipção é arraigada no Brasil, que a população tem um comportamento bovino de passividade. De minha parte, não voto mais em ninguém que tenha mandato. É meu não à reeleição.